

Credores já aceitam menos garantias

GAZETA MERCANTIL

por Getulio Bittencourt
de Nova York

O Comitê Assessor de Bancos fez recentemente dois avanços em sua renegociação da dívida externa de US\$ 50 bilhões do Brasil. Primeiro, concordou em reduzir para menos de dezoito meses as garantias de pagamento de juros que pede para o País depositar em relação a três dos novos títulos em discussão. São eles: Par Bond (bônus par), Discount Bond (bônus de desconto) e Flirb.

Este último instrumento, nomeado pela sigla em inglês para "Bônus com Taxa Flutuante de Juros", marca também o segundo avanço dos credores. Eles antes exigiam garantias para o principal e para os juros desse papel. Agora concordam em pedir apenas garantias para os juros, dispensando as do principal, segundo apurou ontem este jornal junto a banqueiros internacionais.

O chefe da equipe brasileira de negociação da dívida, Pedro Malan, não desmente as informações, mas recusa-se a acrescentar qualquer detalhe. "Tenho ordens para só discutir esses dados na mesa de trabalho com os banqueiros", explicou. "Esse desdobramento mostra que os bancos estão sendo flexíveis com o Brasil", nota Conor O'Driscoll, chefe dos operadores da corretora alemã Metallgesellschaft.

Calcula-se no mercado, com base em informações parcialmente confirmadas pelos negociadores, que o Brasil se dispõe a desembolsar pouco mais de US\$ 2 bilhões em garantias colaterais para os novos títulos, enquanto o Comitê Assessor requer pelo menos US\$

4 bilhões. Uma estimativa preliminar sobre os efeitos da nova proposta dos banqueiros, reduzindo o número de meses na garantia de juros, baixa esse patamar de garantias mínimas de cerca US\$ 4 bilhões para cerca de US\$ 3,4 bilhões.

Naturalmente, as estimativas sobre o custo das garantias variam muito porque dependem da maneira como os banqueiros vão-se distribuir sobre as seis opções postas no "menu". Se 50% dos bancos optarem pelos bônus par e de desconto, os mais caros para o Brasil devido às garantias colaterais, o custo para o País é grosseiramente estimado em US\$ 3,4 bilhões. Se 90% escolherem esses bônus, US\$ 5,5 bilhões.

No caso do México, que o executivo internacional sênior do Citicorp, William

(Continua na página 16)

O Comitê Interino do Fundo Monetário Internacional (FMI) deverá aprovar em abril o ingresso da Rússia na instituição, o que permitirá à ex-república soviética receber ajuda do Ocidente e promover amplas reformas para a economia de mercado. Uma missão do FMI encontra-se em Moscou discutindo as reformas econômicas.

(Ver página 2)

Credores já aceitam menos garantias

por Getúlio Bittencourt
de Nova York

(Continuação da 1ª página)
Rhodes, sempre menciona como referência, cerca de 90% dos bancos optaram pelos bônus par e de desconto. Mas o México desenhounos seus instrumentos de forma a não estimular a escolha do bônus alternativo de dinheiro novo. O Brasil, pelo contrário, planeja tornar essa opção particularmente atraente.

Sabe-se que nas negociações ao longo de dezembro, além dos avanços mencionados, os banqueiros também deixaram claro que estão divididos quanto ao cronograma a seguir. Há bancos interessados em continuar as conversas e concluir logo um acordo com o Brasil. Pedro Malan entende que esse grupo é claramente majoritário.

Mas há também um grupo de bancos no comitê que prefere esperar um pouco até que os brasileiros "consigam arrumar sua casa". Nesse grupo estão os que preferem ver resultados concretos de pelo menos um trimestre da economia brasileira sob as regras do acordo "stand-by" com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Um desses banqueiros dizia recentemente que é preferível fazer primeiro um acordo com a Argentina, cuja economia estaria em melhores condições para um Plano Brady. Malan não parece temer essa possível emergência argentina. Desde setembro de 1991 ele vem alertando para a entrada da Argentina na negociação de um Plano Brady, e em sua opinião esse fator viria ajudar, e não atrapalhar, a corrente negociação do Brasil.

Um terceiro grupo de bancos no comitê defende

um acordo "fade in", alusão ao recurso de montagem cinematográfica que funde lentamente duas imagens na passagem de uma para outra. Nesse processo, o acordo seria feito e assinado, mas só seria implementado na medida em que o Brasil conseguisse fontes adicionais de recursos para pagar as garantias colaterais.

Aqui os bancos estão contando com duas fontes adicionais de recursos, além das providas pelo Plano Brady colocando à parte uma porção dos empréstimos do FMI, do Banco Mundial (BIRD) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Viriam de um acordo estendido com o FMI e de empréstimos do Japão a ele vinculados.

Malan, no entanto, é contra a idéia do "fade in". Ele cita por exemplo o tempo que se leva para passar de um acordo "stand-by" para um acordo estendido dentro do FMI. A Argentina deve formalizar o seu acordo estendido por volta de abril, dez meses depois de assinar o acordo "stand-by". E isso para uma economia considerada agora em melhor estado que a brasileira. No caso do Brasil poderia demorar ainda mais.

A hipótese cai portanto no que o presidente do Banco Central (BC), Francisco Gros, considerou inaceitável em sua entrevista coletiva de sexta-feira última em Washington. O País quer um acordo sobre o total da dívida, o mais depressa possível. É o que estará na mesa quando Malan e os credores voltarem a se encontrar, tentativamente na semana que começa em 27 de janeiro próximo.